

# Prefeitura analisa faixa única para ônibus

AJ16959

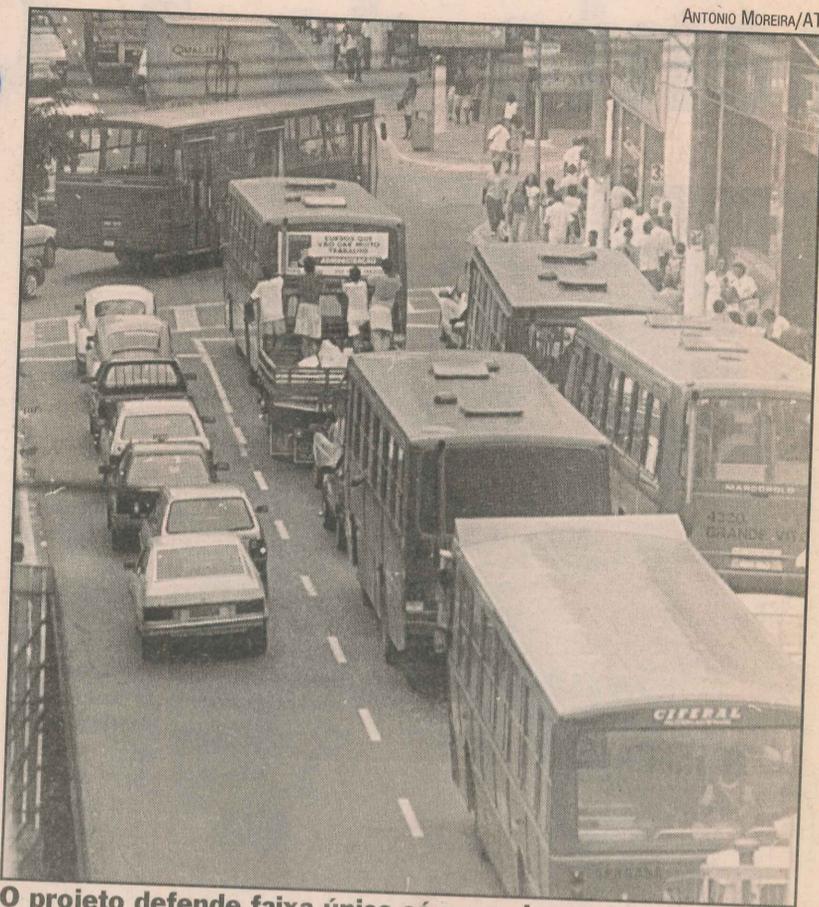
ANTONIO MOREIRA/AT

O projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores defende a faixa única para ônibus

O trânsito no centro da cidade, que já é caótico durante o dia, se transforma em um verdadeiro inferno por volta das 18 horas. São carros, caminhões e ônibus se misturando em todas as pistas disponíveis, impedindo um escoamento mais rápido do fluxo de veículos. Para amenizar este problema, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, há cerca de 15 dias, um projeto de lei que prevê a criação de uma faixa exclusiva para ônibus. O projeto já está nas mãos do prefeito Paulo Hartung e deve ser analisado na próxima semana.

De acordo com o autor do projeto, o vereador Nene Miranda, a faixa única seria implantada em todas as ruas e avenidas que possuem largura suficiente para implantação do sistema.

Mas, com esta mudança, imediatamente vem uma dúvida: como organizar o trânsito? Segundo Nene Miranda, apenas os veículos de transporte coletivo poderiam fazer uso da faixa exclusiva. Caso os veículos de pequeno porte invadissem a pista, o ato seria considerado uma infração, que



O projeto defende faixa única só para vias mais largas

seria punida através de multas.

Embora Nene Miranda continue convicto de que o trânsito da cidade só irá melhorar com a implantação de um sistema elevado de transporte coletivo, ele afirma que o trânsito necessita de medidas imediatas de pequeno custo e fácil implantação, que é o caso da adoção de faixa única.

“As cidades de Primeiro Mundo do porte de Vitória, além de algumas capitais brasileiras como Rio de Janeiro e Curitiba, adotaram soluções simples e inteli-

gentes como esta, melhorando significativamente o fluxo de veículos”, explicou o vereador.

Apesar das ruas da cidade serem estreitas e com muitas curvas, o vereador acredita que o projeto - aprovado por unanimidade - é perfeitamente viável. “Não estabeleci nenhum trecho onde ele deve ser posto em prática. Deixo claro que a implantação do sistema será feita nas ruas que possuem largura suficiente, o que será avaliado pela Secretaria Municipal de Transportes”, ressaltou Nene.

## Projeto divide opiniões

Embora qualquer medida para melhorar o tráfego de veículos na cidade seja bem vinda, o projeto de lei de autoria do vereador Nene Miranda - que prevê a criação de faixa exclusiva para ônibus nas ruas da cidade - vem dividindo a opinião dos órgãos relacionados ao trânsito capixaba.

O secretário de Transportes, Marcelo Ferraz, explicou o projeto prevê que as faixas só sejam colocadas nos locais que possuem capacidade para implantação do sistema e afirmou ainda que a forma como seria executado é algo que ainda depende de estudos mas, num primeiro momen-

to, ele parece ser a única alternativa para amenizar o caos no trânsito de Vitória.

“Embora a lei não vá produzir um efeito imediato no trânsito da cidade, ela vai estabelecer uma diretriz para os planejadores na hora de priorizar a utilização do espaço viário. Caso seja sancionada, toda e qualquer modificação do sistema deverá levar em consideração o que determina a lei”, explicou Marcelo.

O vice-presidente do Sindicato dos Rodoviários, Laurindo Gonçalves, acha que a idéia é boa mas de difícil execução. “As ruas são estreitas e os motoristas mal

educados. Ninguém respeita as normas de trânsito, o que impediria o sucesso do projeto”, afirma.

No Sindicato das Empresas de Transporte do Espírito Santo (Setpes), o secretário-geral Guerino Dalvi não aprova o projeto. “Acredito que a criação de uma faixa exclusiva para ônibus vai provocar maiores problemas no trânsito. As ruas já são estreitas e se os veículos pequenos, que são maioria, não puderem transitar por todas as faixas, o problema só tende a se agravar”, explicou.

**CONGRESSO** - Os cerca de 800 participantes do 8º Congresso Latino-Americano de Transporte Público e Urbano, que terminou ontem em Curitiba, decidiram atuar “unidos e organizadamente para realizar campanhas conjuntas, trocar ex-

periências e nos apoiar mutuamente” na busca de melhorias para o transporte público. Esse é um dos compromissos estabelecidos na Carta de Curitiba, que também prevê o dever de “motivar as autoridades na tomada de consciência das

exigências do transporte”, na medida em que ele foi estabelecido pelos representantes dos 19 países que estiveram no congresso como “direito da população para ter acesso às oportunidades que a sociedade urbana oferece”.